



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Patrícia A. Gonçalves Ferreira

***COPING DIÁDICO E AJUSTAMENTO
MÚTUO DO CASAL NO CONTEXTO
DE INSTITUCIONALIZAÇÃO***

Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, área de especialização em Psicoterapia Sistémica e Familiar, orientada pela Professora Doutora Maria Madalena de Carvalho, e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Julho de 2019

Coping diádico e ajustamento mútuo do casal no contexto de institucionalização

Resumo: Atualmente a institucionalização ainda acarreta algum estigma por parte da sociedade. Para o indivíduo institucionalizado representa uma perda a diferentes níveis, bem como a necessidade de ajustamento a novas situações e submissão a regras diferentes das até então vividas.

Segundo alguns estudos, na díade a institucionalização traduz-se num impacto ao nível do funcionamento conjugal. O presente estudo pretende averiguar algumas dessas influências ao nível do *Coping* Diádico e Ajustamento Mútuo.

Para levarmos a cabo o nosso estudo empírico foi recolhida uma amostra de 44 sujeitos, com a condição de pelo menos um dos cônjuges se encontrar institucionalizado. O protocolo é constituído por um questionário sociodemográfico e de dados complementares, pela versão portuguesa do Inventário de *Coping* Diádico - no original: *Dyadic Coping Inventory* (DCI) – adaptação e validação portuguesa realizada por Vedes, Lind e Ferreira (2011) e pela Escala de Ajustamento Mútuo – no original: *Dyadic Adjustment Scale* (DAS) - versão adaptada e validada por Lourenço e Relvas (2003).

Os resultados indicam que o *coping* diádico explica de forma significativa o ajustamento mútuo do casal, quando pelo menos um dos membros se encontra institucionalizado, o que contribui para um aumento da qualidade de relação.

Palavras-chave: conjugalidade, institucionalização, DCI, DAS

Dyadic Coping and mutual adjustment of the couple in the context of institutionalization

Abstract: Now a days the institutionalization still entails some slur by the society. For the one institutionalized carries a loss at a certain levels, as well as the need of making some adjustments over new situations and the submission to rules different from the ones he experiences at the past.

According to some studies, in the dyad, the institutionalization reveals in the impact on the level of marital functioning. The current study intends to ascertain some of these influences at the level of the Dyadic Coping e Mutual Adjustment.

To carry out our empirical study, a sample of 44 subjects, in which there was as a requirement, at least one of the consort find institutionalized. The protocol is composed by a sociodemographic questionnaire and complementary data as well as the Portuguese version of the Dyadic Coping Inventory - Portuguese adaptation and validation performed by Vedes, Lind and Ferreira (2011) and by the Dyadic Adjustment Scale (DAS) - adapted and validated version by Lourenço and Relvas (2003).

The outcome tells that the dyadic coping explain on a meaningful way the mutual couple's adjustment when at least one of the members is institutionalized, which contributes to an increase in the quality of relationship

Key-words: conjugality, institutionalization, DCI, DAS

Agradecimentos

“A gratidão é a memória do coração”
(Antístenes)

A concretização de uma tese de mestrado é um trabalho árduo e que implica uma longa e difícil viagem, permeada por diversos desafios.

Chegar ao final desta etapa, apenas foi possível com o apoio, carinho e dedicação de várias pessoas que partilham o seu dia-a-dia comigo.

A todas elas, que de uma ou de outra forma, estiveram envolvidas e me ajudaram a desenvolvê-lo, dedico este meu projeto de vida pessoal e profissional.

À Professora Doutora Madalena Carvalho, expresso o meu profundo agradecimento pela orientação e apoio incondicional, contribuindo para o aumento dos meus conhecimentos científicos, estimulando o meu desejo de querer saber mais e melhor. Reconheço, com gratidão, a confiança que em mim depositou, desde o início, mas também, o sentido de responsabilidade que me incutiu em todas as fases deste estudo.

Expresso também a minha gratidão profunda a todos os participantes que, embora no anonimato, deram o seu contributo fulcral para que este estudo fosse possível e, assim, pudéssemos avançar, um pouco mais, na investigação científica nesta área do conhecimento.

Aos meus colegas de mestrado, que prescindiram de algum do seu precioso tempo para comigo debaterem dúvidas, dando-me ânimo, conforto e alento nos momentos de maior desânimo. O meu muito obrigado!

À minha família do coração (eles sabem quem são), que foram/são o “combustível” de força e mimo e me estimularam, com a sua presença, partilha e considerações. “Sem eles, eu não seria quem sou”. O meu profundo Bem-Haja.

À minha família (em especial aos meus pais, ao meu Pedro e ao meu companheiro de vida, João), toda a minha profunda gratidão, por acreditarem sempre em mim, nos desafios que enfrento. Obrigada pelo amor incondicional, paciência, compreensão e ensinamentos de vida, pilares fundamentais que contribuíram para o alcance deste meu objetivo.

Índice

Introdução	6
I – Enquadramento concetual.....	7
1. Conjugalidade	7
2. Institucionalização.....	11
3. Ajustamento mútuo em cônjuges institucionalizados	12
4. Coping diádico em cônjuges institucionalizados	14
5. O impacto da institucionalização na conjugalidade	15
II – Objetivos	17
III - Metodologia	17
3.1 Amostra.....	17
3.1.1 Critérios de amostragem, recolha da amostra e procedimentos de recolha.....	18
3.1.2 Caracterização da amostra	18
3.1.3 Instrumentos de avaliação	21
3.2.1 Questionário Sociodemográfico e Dados Complementares.....	21
3.2.2 Escala de Ajustamento Mútuo.....	21
3.2.3 Inventário de <i>Coping</i> Diádico	24
3.3 Procedimentos estatísticos	26
IV - Resultados.....	26
V - Discussão	32
Limitações do estudo.....	36
VI - Conclusões.....	37
Bibliografia	39
Anexos	43
Anexo I – Carta de apresentação.....	43
Anexo II – Consentimento Informado	44
Anexo III – Questionário Sócio demográfico	46
Anexo IV – DAS.....	47
Anexo V – ICD	48

Introdução

Nas últimas décadas temos assistido a uma mudança no conceito da conjugalidade, mais especificamente através da introdução de visões diferentes que contribuíram para a sua redefinição em maior consonância com a atualidade. Contudo, ainda existem significativas lacunas no estudo da conjugalidade.

A conjugalidade parte da ideia do compromisso (Perel, 2008) e é uma fonte rica de bem-estar (Narciso & Ribeiro, 2009). A união de duas pessoas parece ser um dos grandes meios para alcançar a felicidade individual, ao longo da vida. Contudo, também poderá ser uma forte fonte de *stress*, colocando-se ao casal o desafio de encontrar formas de ultrapassar as dificuldades, por exemplo através da negociação a dois (Singly, 2000, como citado em Aboim, 2006).

A reavaliação conjugal e social inerente à institucionalização pode ser particularmente desafiadora. Esta etapa traduz-se numa transição desenvolvimental, e é expectável que existam impactos significativos no casal. Decorrente do processo de institucionalização, os indivíduos e os seus cônjuges tornam-se progressivamente mais habituados às restrições que a vida institucional impõe.

Neste sentido, e dada a continuidade e extensão desta readaptação, importa ter em conta os mecanismos psicológicos subjacentes ao ajustamento referido. Se tivermos em conta que a qualidade das nossas relações interfere na nossa qualidade de vida (Perel, 2008) e que a institucionalização poderá traduzir-se em momentos de *stress* para o casal, influenciando a relação da díade, consideramos que é de extrema importância o estudo do impacto que esta tem na relação a dois.

Com a presente investigação, pretendemos estudar duas variáveis nodais da conjugalidade, o *coping* diádico e o ajustamento mútuo, no contexto particular da institucionalização.

I – Enquadramento concetual

1. Conjugalidade

Em sentido lato, o conceito “conjugalidade” traduz as formas de relacionamento e o modo como estas são reguladas no seio de uma relação entre parceiros íntimos, onde se verifica a assunção de um compromisso emocional particular. Porém, esta conceção não deve ser reduzida a uma definição tão simplista, uma vez que se reveste de grande complexidade. A revisão da literatura aponta para um conceito abrangente, integrador de outros (*e.g.*, coabitação, união civil e/ou qualquer outra estrutura regulatória de relacionamentos íntimos).

Nesse sentido, e segundo Brook (2016), a conjugalidade pode ser interpretada, de forma dinâmica, sendo mais abrangente do que o conceito de casamento.

A conjugalidade pode ser, idealmente, caracterizada como um relacionamento em que cada elemento valoriza e se compromete exclusivamente com o outro. Isto sugere que podem existir diferenças qualitativas entre o tipo de compromisso e a interdependência nas relações conjugais e não-conjugais, sendo que os relacionamentos conjugais tendem a exhibir um maior nível de intimidade e de partilha (Johns, 2010). Quando se cria um sistema conjugal (seja este por casamento, coabitação ou outros), temos que ter em conta algumas integrações, tais como: o Eu, o Outro e a própria relação. É deste modo que surge o “Nós”, fundamental para o sucesso da relação conjugal (Caillé, 1991, como citado em Narciso & Ribeiro, 2009).

A definição de “conjugalidade” tem um peso significativo, associada a leis acerca de decisões parentais e médicas importantes, pelo que seria expectável que estivesse minuciosamente estudada e claramente compreendida. Apesar da investigação enfatizar, cada vez mais, as diversas formas de constituição de família além da relação conjugal - isto é, pelas suas funções e práticas em oposição ao *status* - as definições de relacionamento conjugal e cônjuge, diretamente associadas ao casamento, praticamente não são questionadas (Cossman & Ryder, 2001). No caso de casais que não vivem juntos, por exemplo, a questão não se centra na

irrelevância da sua relação, mas antes na forma como esta deve ser reconhecida pela lei (Johns, 2010). Perel (2008) reporta-se ao casamento como um compromisso emocional duradouro e não apenas como um estatuto legal. Nos seus diversos estudos, a mesma autora diz que este se distingue em diversos contextos nacionais, deixando no ar se é um ato privado, entre duas pessoas, ou uma questão familiar entre duas famílias.

Neste sentido, um casal surge *“quando dois indivíduos se comprometem numa relação que pretendem se prolongue no tempo. O casamento assinala que o compromisso foi assumido, pelo que, falar em casamento, neste contexto, significa que dois indivíduos deram início ao ciclo vital do casal e, logicamente, da família, não sendo absolutamente necessário a sua ‘legalização’.* O que está em questão é assumir o desejo de viverem juntos, a criação de um lar e de um modelo relacional próprio; referimo-nos a um processo, mais do que a um momento” (Relvas, 1996, p. 51). Contudo, já não faz sentido a variável ter que viver junto quando definimos o casal da atualidade, como vimos acima (Johns, 2010; Perel, 2008).

Carvalho Lourenço (1996) e Narciso e Ribeiro (2009) afirmam que um casal segue um ciclo evolutivo, onde há necessidade de criar um constante processo de equilíbrio entre a individualidade e a pertença.

Perel (2008) na sua obra, oferece-nos uma visão diferenciada de casal (moderno) quase que observado por uma nova “lente”, pois defende que nos últimos cinquenta anos ocorreram diversas transformações sociais e culturais que redefiniram o que é um casal. Estas mudanças privaram os indivíduos de recursos, o que leva a que os sujeitos reclamem a uma única pessoa proteção e laços afetivos que anteriormente eram promovidos por uma rede social mais vasta. A mesma autora afirma que atualmente os casais apostam cada vez mais no amor. Por outro lado, realça que ultrapassamos inúmeras fronteiras de género e que existem qualidades que agora se observam em ambos os sexos.

Alarcão (2006) enfatiza o facto de haver necessidade de se clarificarem fronteiras entre os elementos do casal, com os restantes membros e subsistemas da família e ainda com os restantes sistemas. Assim, em 1986, DeFranck-Lych define três etapas que tentam caracterizar o ciclo de vida de um casal: a primeira denominada por fase de **fusão** que

corresponde aos 7 primeiros anos; a segunda intitulada de **autonomia**, corresponde aos 10-12 anos; e a terceira denominada fase de **empatia**, que corresponde aos 20 anos, ou mais. Mais tarde, através de um estudo empírico, Lourenço (2006) redefiniu as etapas descritas por DeFranck-Lych, corroborando a ideia de que é a variável “anos de relação” que define as etapas do ciclo de vida do casal. Assim, a autora apresenta-nos a seguinte subdivisão: dos 0 aos 3 anos temos a fase de *idealização*, onde existe uma construção do *Nós*; dos 4 aos 10 anos a fase do *estremecimento ao terramoto*, onde verificamos uma abertura ao exterior, uma fase de rotina e ansiedade; a terceira fase denomina-se de *empatia e reaproximação* e situa-se entre os 11 e os 19 anos, onde as diferenças são valorizadas e respeitadas e encontramos uma relação mais estável; a fase seguinte é a de *questionamento*, e corresponde aos 20 a 26 anos, sendo uma etapa de menos satisfação conjugal e por conseguinte um maior afastamento; por último a fase do *companheirismo*, correspondendo a mais de 27 anos, onde existe a criação de um novo *Nós*.

Na cultura ocidental, o casamento é uma instituição fundamentada em relações diádicas íntimas que mostra poucos sinais de desaparecimento. Porém, o mesmo tem vindo a adotar configurações menos convencionais e estruturadas pelo que, neste sentido, é possível enquadrá-lo como parte de um campo mais amplo de conjugalidade no qual podem variar regras, normas e práticas de intimidade e interdependência (Brook, 2016). Embora o casamento seja um potencial estruturante nas relações sociais, não é regulado nem experimentado de forma necessariamente uniforme e os seus limites nem sempre são perceptíveis. Assim, apesar de lhe serem subjacentes propósitos válidos, continua a ser necessário reexaminar a definição e função da instituição. Brook (2016) salienta que o casamento tem uma significação variável, mas sempre privilegiada, na conjugalidade.

No que concerne a relacionamentos íntimos, na perspetiva da teoria da troca social afirma-se que as relações evoluem e se deterioram como consequência de um desdobramento social, processo este que pode ser concebido como uma troca de recompensas e custos, tanto entre os parceiros como entre os membros da relação e outros (Huston & Burgess, 1979, como citados em Karney & Bradbury, 1995). De acordo com esta perspetiva, o sucesso ou o fracasso conjugal é concetualizado como dependente da

ponderação dos seus aspetos recompensadores (*e.g.*, segurança emocional, realização sexual e *status* social), das barreiras para deixar o relacionamento (*e.g.*, restrições sociais e religiosas e despesas financeiras) e da existência de alternativas atrativas fora do relacionamento (*e.g.*, parceiros preferíveis e fuga do relacionamento atual) (Karney & Bradbury, 1995). Esta abordagem incorpora muitos tipos de variáveis na sua estrutura, quer externas quer internas, oferecendo inúmeras possibilidades de enquadramento.

Por outro lado, o grande foco na interação interpessoal pode ser visto como uma fraqueza, uma vez que a interação conjugal, para ser compreendida na sua plenitude, deve ser examinada dentro do contexto mais amplo da vida dos cônjuges (Karney & Bradbury, 1995). Assim, emerge a necessidade de uma incorporação mais ampla que traduza uma perspetiva desenvolvimental das relações conjugais. É neste sentido que Gameiro (1999, p. 99) afirma que a relação conjugal “é a única relação em que conceitos como ser educado, normal, não agressivo não têm qualquer sentido. Cada dois criam as suas regras de relação que muitas vezes são difíceis de compreender para quem está de fora”.

A qualidade/satisfação conjugal remete para uma avaliação global do casamento em várias dimensões, tanto negativas como positivas, sendo que a alta satisfação é operacionalmente analisada mediante as verbalizações dos cônjuges sobre atitudes predominantemente positivas em relação ao parceiro e baixos níveis de hostilidade e negatividade. Adicionalmente, a associação entre a qualidade conjugal e a saúde tem sido consistentemente demonstrada na investigação, encontrando-se fortes ligações entre as relações sociais e o bem-estar. Segundo Narciso (2001), a conjugalidade revela ser uma fonte de bem-estar e descreve que existem inúmeros estudos que indicam que, na população casada, o nível de mortalidade é mais baixo e os níveis de bem-estar revelam ser mais altos (comparativamente à população “não casada”).

A nível de ligação emocional, as relações conjugais tendem a refletir estilos duradouros de vinculação desenvolvidos na infância. Neste sentido, a satisfação no relacionamento “depende em grande parte da satisfação das necessidades básicas de conforto, cuidado e gratificação sexual” (Kazan & Shaver, 1994, p. 13, como citados em Karney & Bradbury, 1995) e o sucesso de um relacionamento dependerá, por inerência, do facto de cada cônjuge acreditar que o parceiro pode atender a essas necessidades. De acordo com

Narciso (2001) o casamento assume uma função protetora, dado que se estabelecem laços de apoio emocional, o que aumenta a autoestima e autoconfiança, constituindo-se um recurso bastante útil para lidar com o *stress*.

2. Institucionalização

O conceito de institucionalização tem vindo a ser debatido de forma crescente e intensiva na sociedade contemporânea, sendo ainda controverso. De uma forma geral, é um termo do âmbito jurídico-legal e psicossocial que se prende com a transição de uma dada pessoa para uma instituição, para que nela resida (Sousa, Figueiredo, & Cerqueira, 2006, como citados em Rocha, 2012). Tal acontece com o intuito de providenciar cuidados que os mesmos ou os seus familiares não são capazes de proporcionar. Poder-se-á aplicar a crianças, adultos ou idosos. Segundo Pimentel (2005) o objetivo primordial da institucionalização prende-se com a garantia da qualidade de vida e o isolamento, isto é, com a ausência de integração familiar e social que garanta um suporte efetivo das suas necessidades.

Nos dias de hoje, a institucionalização ainda envolve um estigma acentuado na sociedade, muitas vezes associado a descrições e caracterizações depreciativas e baseadas em preconceitos. A doença mental é, de uma forma geral, o conceito mais associado à institucionalização, no entanto não traduz a pluralidade de realidades às quais esta é transversal. No caso das crianças, o processo de institucionalização, agora designado acolhimento residencial, pode ocorrer por decisão jurídica quando os pais e/ou tutores não têm condições para cuidar da criança ou são negligentes e/ou violentos com as mesmas. No caso de adultos e idosos, surge maioritariamente como solução em situações complexas associadas a doenças – físicas ou mentais – ou ao envelhecimento, que limitam ou impedem o indivíduo ou os seus familiares de gerir a situação de forma independente (Pimentel, 2005). Assim, pode ocorrer face a fatores situacionais, de saúde ou desenvolvimentais.

Ao longo dos anos assistimos a um crescimento imensurável de respostas e equipamentos sociais, tais como de apoio domiciliário, centros de dia e de noite, lares de estadia temporária ou definitiva.

A institucionalização implica, para o indivíduo, uma perda do seu

contexto material e social, o ajustamento a pessoas não familiares (funcionários e outros residentes) e a submissão a novas normas. Por um lado, tais consequências podem gerar dificuldades adaptativas do mesmo ao sistema institucional em que foi inserido. Por outro lado, esta transição envolve também uma readaptação da definição e prática de papéis familiares e individuais referentes à pessoa, à sua família e aos indivíduos envolvidos nas interações institucionais. Fica claro que este é um fenómeno complexo e desafiador, que envolve, ainda, fatores macro de natureza organizacional (Rocha, 2012). Da mesma forma, os aspetos culturais e sociais associados ao processo têm também influência nas suas configurações (Davies, 2005).

O envolvimento na decisão de institucionalização, assim como a confiança e segurança associada à mesma, estão diretamente relacionados a sentimentos percebidos de controlo e ligação ao processo, pelo que contribui para o seu sucesso (Davies, 2005). Neste processo de decisão, são priorizados serviços comunitários como apoio em detrimento da institucionalização, sendo esta encarada como um último recurso. Tal deve-se, em grande parte, ao isolamento acima referido e não à possível perda de autonomia (Rocha, 2012).

Vários autores defendem que os fatores que originam a institucionalização se prendem com: a) as políticas sociais, b) a escassez de serviços comunitários, c) o contexto familiar e d) as doenças. Ao longo do tempo, estes fatores têm-se multiplicado num enorme conjunto de causas, praticamente incontáveis, desde a pobreza, as deficiências cognitivas até à viuvez, pelo que existem vários fatores de risco a ter em conta na análise da origem da institucionalização (Rocha, 2012).

3. Ajustamento mútuo em cônjuges institucionalizados

O ajustamento mútuo é concetualizado, segundo a definição de Spanier (1976, p. 17), como “um processo cujo resultado é determinado pelo grau de diferenças diádicas problemáticas, tensões interpessoais e ansiedade pessoal, satisfação diádica, coesão diádica e consenso sobre questões importantes para o funcionamento diádico”. Segundo o mesmo autor pode ser perspectivado como um processo ou como uma avaliação qualitativa de um estado (Spanier, 1988).

As mudanças inerentes ao processo de institucionalização afetam a

estrutura do relacionamento do casal e os seus papéis e responsabilidades, além de originar imprevisibilidade. Neste sentido, emerge uma necessidade de modificar, adotar ou alterar o padrão de comportamento e interação do casal para alcançar a máxima satisfação no relacionamento, mediante as condições em que o mesmo decorre. Este processo de ajustamento mútuo ocorre de forma desenvolvimental, mediante as negociações e cedências do casal entre si e, também, com os elementos externos (LaRossa & Reitzes, 1993; Kaplan, 2001). Para Hernandez (2008), o ajustamento diádico resulta do conjunto destes processos. Este pode ser estudado, segundo Spanier (1976), sem se fazer referência a uma dimensão temporal, onde o estudo é feito sobre a qualidade da relação no momento em que se recolhem os dados.

A corrente teórica associada ao interacionismo simbólico pode ser usada como enquadramento para abordar este tema, uma vez que integra a noção de sistema cognitivo (a mente) e de “eu social” (LaRossa & Reitzes, 1993; Kaplan, 2001). Caracteriza-se por uma perspetiva que permite a compreensão da forma como os indivíduos percebem e interpretam o meio que os rodeia e com o qual interagem, tanto a nível de objetos como de pessoas. Baseia-se na ideia que os indivíduos desenvolvem teorias implícitas sobre as experiências sociais que vivem no sentido de lhes atribuir significado e coerência (LaRossa & Reitzes, 1993; Kaplan, 2001). Como os resultados deste processo orientam a conduta comportamental humana, é possível compreender, prever e controlar as reações aos eventos com que se deparam, à luz do sistema de significados que construíram através da interação com os outros (LaRossa & Reitzes, 1993; Kaplan, 2001).

Este processo ocorre também na relação com o cônjuge uma vez que os indivíduos reconstróem a realidade, e a sua perspetiva sobre si próprios, em ajustamento com o outro. Neste sentido, modelam a conceção de si e da sua autonomia em função do conjunto complementar que formam com o cônjuge, formando uma unidade (LaRossa & Reitzes, 1993; Kaplan, 2001).

Kaplan (2001) diz que a instituição em que os cônjuges residem tem regras e padrões comportamentais definidos, pelo que a relação entre o casal é, por inerência, afetada. Tal implica a revisão e reajuste das construções sociais e relacionais previamente concetualizadas e a integração desta nova realidade nas suas estruturas de ação (Kaplan, 2001). Esta transição implica desafios múltiplos para o casal, sendo que, para compreender o ajuste feito, é

fundamental abordar em profundidade as concepções passadas e presentes, quer ao nível do funcionamento geral do casal, como do seu ajustamento e *coping*. Spanier (1976) defende que o ajustamento mútuo é um processo em constante mudança que poderá ser avaliado em qualquer altura, podendo ser obtido um “bom ajustamento” ou um “mau ajustamento”.

4. *Coping* diádico em cônjuges institucionalizados

O *coping* envolve estratégias focadas no enfrentamento adequado de situações *stressantes*, que exigem a alocação de recursos para serem resolvidas (Bodenmann, 2005). Assim, o *coping* é uma resposta cujo objetivo é diminuir o fardo físico, emocional ou psicológico associado a eventos adversos (Snyder, 1999).

Neste sentido, as estratégias de *coping* são aquelas que reduzem eficazmente o *stress* e, a longo prazo, contribuem para o bem-estar. Operam como habilidades de sobrevivência face a diversos desafios do quotidiano, pelo que são elementos significativos do funcionamento e desenvolvimento dos indivíduos. Estas estratégias derivam do desenvolvimento cognitivo, biológico e social, existindo grande variabilidade intra-individual na sua conceção e aplicação, sendo que o mais importante é a capacidade de exibir tal variabilidade de forma a promover o ajuste às mudanças de vida (Cheng, Lau, & Chan, 2014).

Ao longo das últimas décadas, o conceito de *coping* tem evoluído progressivamente de uma perspetiva individual para uma interacionista, sendo que a definição de *coping* na relação de casal remonta aos anos noventa do século passado. Dado que a relação dinâmica entre as exigências do meio e os recursos implica, por si mesma, a mobilização de recursos sociais, importa focar a interação. À luz desta abordagem, é possível compreender o *stress* diádico como decorrente de um evento *stressante* específico que afeta, de alguma forma, ambos os cônjuges num dado momento. Assim, e assumindo sempre que os cônjuges fazem parte de um contexto social partilhado e co-construído, o *coping* diádico envolve a interdependência entre os mesmos e os seus objetivos e preocupações comuns. Tal promove uma resolução de problemas conjunta, em que os esforços são complementares e no mesmo sentido (Bodenmann, 2005).

O *coping* diádico pode assumir formas positivas, nos casos em que é

de suporte e/ou focado no problema, delegado e de suporte e/ou focado na emoção. Por oposição, assume formas negativas nas situações em que se destaca a hostilidade, ambivalência e superficialidade. Em ambas, é modelado e suportado por configurações avaliativas individuais e conjugais, objetivos comuns e recursos partilhados (Bodenmann, 1995; Bodenmann, 2005). De uma forma geral, o suporte social recebido do cônjuge é enquadrado como extremamente significativo e tradutor do compromisso com a relação conjugal, pelo que contribui para o bem-estar do casal (Bodenmann, 2005).

Dada a interdependência a nível de bem-estar, o *coping* diádico visa servir duas funções primordiais: a redução do *stress* de ambos os cônjuges e a melhoria da qualidade da relação conjugal. Adicionalmente, quando assume formas positivas, potencia os sentimentos de confiança, compromisso e suporte mútuos. No mesmo sentido, a relação entre o *coping* diádico e o funcionamento relacional foi comprovada por inúmeros estudos empíricos, sendo que aspetos como a satisfação e coesão conjugal atuam como causa e efeito do *coping* diádico positivo (Bodenmann, 2005).

5. O impacto da institucionalização na conjugalidade

A separação do meio familiar e social decorrente da institucionalização remete para uma rutura com a rede de suporte construída até então, nomeadamente com o cônjuge, sendo este uma parte essencial dessa rede (Kaplan, 2001). Os adultos, nesta etapa de separação, passam por estados emocionais sequenciais semelhantes aos do luto - protesto, desespero e reorganização. No primeiro, os indivíduos mostram resistência à separação por meio do choro e, geralmente, sentimentos de raiva e ansiedade. O segundo - o desespero - engloba demonstrações de humor deprimido, com diminuição do apetite e pesadelos. A reorganização ocorre quando o adulto procura novos elementos de suporte social para assumir, parcialmente, o papel de “porto seguro” (Mikulincer & Shaver, 2008, como citados em Glassier, 2016). Assim, segundo os mesmos autores, a pessoa mantém o vínculo conjugal previamente estabelecido como fonte de proteção, conforto e amor, gerindo as dificuldades vivenciadas com recurso a outras fontes de apoio. Esta reavaliação pode ser particularmente desafiadora, como transição desenvolvimental, impactando nas perceções de intimidade, isolamento e

estabilidade.

Num estudo com cônjuges cuidadores, Glassier (2016) identificou três fases distintas no processo de separação por institucionalização: 1) etapa de *coping* face à notícia; 2) uma etapa central de ajustamento e adaptação à situação; 3) e por último, etapa de estabilização e prossecução com a vida. A duração de cada uma é muito variável, dependendo de fatores individuais e situacionais. A primeira etapa prende-se com a decisão de institucionalização, desencadeando sentimentos de choque, luto, culpa, entre outros. No mesmo sentido, tal implica burocracia financeira e institucional. A segunda etapa implica resignação à nova realidade, assim como o desenvolvimento de novas rotinas e o *coping* face à empatia ou insensibilidade das pessoas que rodeiam o casal. Por fim, a aceitação da separação passa pela permissão do próprio indivíduo em ajustar a sua estrutura de vida à realidade, ainda que sempre em continuidade do vínculo com o cônjuge. Este processo involuntário é experimentado de forma única por cada indivíduo mas, para a maioria, é uma crise com consequências psicológicas traumáticas e que podem ecoar por tempo indefinido. O movimento através dos três estádios do processo varia segundo a disposição do indivíduo para procurar e aceitar apoio e pela capacidade e, ainda, da disponibilidade do seu círculo social para mostrar empatia e contribuir ativamente para a solução de problemas (Glassier, 2016).

Paralelamente, frequentemente a institucionalização implica que os cônjuges não coabitem, sendo que tal pode originar sentimentos de solidão e *stress*, assim como um desapego emocional entre os mesmos. É deste modo que a relação após institucionalização pode ser perspectivada como LAT (*living apart together*), isto é, uma relação íntima entre duas pessoas que residem em diferentes locais (Tai, Baxter, & Hewitt, 2014). Ainda que não exista uma escolha voluntária por este tipo de vivência, assume-se que o seu impacto na conjugalidade é similar, uma vez que o conceito abrange uma multiplicidade de históricos relacionais e causas para a não coabitação (Levin & Trost, 1999). Os impactos referidos traduzem-se, maioritariamente, ao nível da satisfação conjugal (Tai et al., 2014) e da conceção de possibilidades futuras.

II – Objetivos

A literatura revela que a forma que os casais encontram para lidar com as dificuldades e o *stress* estão intimamente relacionadas com a qualidade conjugal e com o funcionamento conjugal geral.

Apurámos que não existe evidência empírica que associe a forma como o funcionamento geral do casal, mais especificamente o seu ajustamento mútuo e o *coping* diádico se relacionam, quando nos debruçamos sobre a população institucionalizada. De facto, tivemos dificuldade em encontrar literatura específica, particularmente no caso dos casais institucionalizados e da relação conjugal.

Com o presente estudo procuramos compreender esta problemática, dando resposta à questão de investigação “*Como se caracteriza a influência do coping diádico no ajustamento mútuo, e suas dimensões particulares, em casais em que pelo menos um dos membros se encontra institucionalizado?*”. Complexificámos esta questão com a introdução de outras variáveis. Assim, atendendo aos objetivos traçados e à revisão da literatura efetuada, formulamos as seguintes hipótese:

H1: As variáveis sócio-demográficas, profissionais, relativas ao agregado familiar e o *coping* diádico influenciam significativamente o *consenso mútuo*.

H2: As variáveis sócio-demográficas, profissionais, relativas ao agregado familiar e o *coping* diádico influenciam significativamente a *satisfação mútua*.

H3: As variáveis sócio-demográficas, profissionais, relativas ao agregado familiar e o *coping* diádico influenciam significativamente a *coesão mútua*

H4: As variáveis sócio-demográficas, profissionais, relativas ao agregado familiar e o *coping* diádico influenciam significativamente a *expressão afetiva*.

H5: As variáveis sócio-demográficas, profissionais, relativas ao agregado familiar e o *coping* diádico influenciam significativamente o *ajustamento mútuo*.

III - Metodologia

3.1 Amostra

A população-alvo centra-se em casais em que pelo menos um dos

cônjuges está institucionalizado. A amostra é composta por duas subamostras: cônjuges de indivíduos institucionalizados (apenas um dos cônjuges está institucionalizado) e cônjuges institucionalizados (ambos). Esta opção metodológica (de integrar ambos os atores da relação conjugal) visa enriquecer a recolha de dados, através da inclusão das duas perspetivas da díade relacional.

3.1.1 Critérios de amostragem, recolha da amostra e procedimentos de recolha

A seleção da amostra foi definida de acordo com os critérios de inclusão estabelecidos, a saber: os participantes devem ter idade superior a dezoito anos, residir em Portugal Continental e manter uma relação conjugal de casamento ou união de facto em que pelo menos um dos membros esteja institucionalizado.

A tipologia de instituição varia, podendo ser uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), uma Unidade de Cuidados Continuados (UCC), uma Unidade de Cuidados Paliativos (UCP), um Centro de noite ou outra (ver Anexo I).

Recorreu-se à técnica de amostragem não-probabilística, dirigida e/ou não-casual (Hill & Hill, 2002). Aplicou-se a amostragem de conveniência (Maroco, 2007).

Realizámos-se o pedido de participação, com consentimento informado, aos participantes, cumprindo os procedimentos éticos e de confidencialidade associados, garantindo-se o anonimato e a ausência de qualquer malefício associado à participação, com uma duração estimada de vinte minutos. Toda a informação relevante está descrita no consentimento informado, que foi impresso e assinado em duplicado, sendo uma das cópias para o participante (ver Anexo II). Dada a especificidade da população, por vezes foi necessário que o investigador lesse o mesmo, bem como todas as restantes escalas.

Os dados foram recolhidos entre os meses de janeiro e abril de 2019.

3.1.2 Caracterização da amostra

A amostra integra 44 indivíduos, sendo que 59,1% são do sexo feminino, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1

Caraterização da Amostra: Variáveis Pessoais

Variáveis	Categorias	N	%
Sexo	Feminino	26	59,1
	Masculino	18	40,9
Sexo do Companheiro	Feminino	18	40,9
	Masculino	26	59,1
Situação Conjugal	Casados	39	88,6
	Unidos de Facto	5	11,4
Quem está Institucionalizado	Ambos	13	29,5
	Próprio	3	6,8
	Companheiro	28	63,6
Filhos	Não	11	25
	Sim	33	75
Rendimento Mensal	501-1000	16	36,4
	1001-1500	19	43,2
	1501-2000	8	18,2
	Mais 2000	1	2,3

No que se refere à situação conjugal dos casais em análise, 88,6% são casados, enquanto os restantes referem uma relação em união de facto. Da amostra recolhida, 29,5% dos inquiridos encontram-se institucionalizados com o seu companheiro. Por outro lado, apenas existem três casos em que é o próprio inquirido que está na instituição, o que equivale a 6,8%. Nos restantes casos é o companheiro que se encontra numa situação de institucionalização.

Do total da amostra, 25% surgem como casais sem filhos, enquanto os restantes afirmam ter filhos.

Em termos de rendimento mensal do agregado 36,4% possui um rendimento superior a 500€ mas não superior a 1000€. Por outro lado, cerca de 43,2% tem um rendimento que varia entre 1001€ e 1500€. Os montantes mais altos são menos frequentes na amostra, sendo que apenas 18,2% tem rendimentos entre 1501€ e 2000€ e só 2,3% possui rendimentos mensais superiores a 2000€.

De acordo com a Tabela 2, 36,4% dos inquiridos apenas completou o 1º ciclo do ensino básico, enquanto 20,5% sabe ler e escrever não tendo completado qualquer grau de ensino. Cerca de 11,4% não sabe ler, situação influenciada pelo facto da amostra ser formada por pessoas com idades

avançadas, conforme analisado adiante. Além disso, 15,9% possui o 2º ciclo e apenas 6,8% concluiu o 3º ciclo, percentagem idêntica aos indivíduos licenciados.

Tabela 2

Caraterização da amostra: Variáveis Profissionais

Variáveis	Categorias	N	%
Escolaridade	Não sabe ler	5	11,4
	Sabe ler e escrever	9	20,5
	1º ciclo	16	36,4
	2º ciclo	7	15,9
	3º ciclo	3	6,8
	Ensino Secundário	1	2,3
	Licenciatura	3	6,8
Escolaridade do Companheiro	Não sabe ler	3	6,8
	Sabe ler e escrever	11	25
	1º ciclo	21	47,7
	2º ciclo	2	4,5
	3º ciclo	2	4,5
	Ensino Secundário	3	6,8
	Licenciatura	2	4,5
Situação Profissional	Empregado	3	6,8
	Reformado	41	93,2
Situação Profissional Outro	Pensionita	4	9,1
	Reformado	40	90,9

Relativamente à escolaridade do companheiro, a percentagem de pessoas analfabetas é inferior, dado que apenas atinge os 6,8%. Ainda assim, a amostra de pessoas com o 1º ciclo, e que apenas sabem ler, é superior, dado que atinge os 47,7% e 25%, respetivamente. A percentagem de companheiros com o 2º ciclo é idêntica à percentagem que possui o 3º ciclo e licenciatura, situando-se na ordem dos 4,5%.

A média de idades dos inquiridos é de 78,4 anos, enquanto a idade dos companheiros é superior, atingindo os 79,7 anos. A idade mínima dos inquiridos é de 60 anos, sendo a máxima de 95 anos. A idade do companheiro apresenta uma menor amplitude. Em média, os inquiridos estão com o companheiro há 50,9 anos. Relativamente ao número de filhos, em média os indivíduos possuem mais de 3 filhos.

Em média, os inquiridos estão com o companheiro há 50,9 anos. Relativamente ao número de filhos, em média os indivíduos possuem mais de 3 filhos (ver Tabela 3).

Tabela 3

Caraterização da amostra: Variáveis Numéricas

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Idade	78,41	7,18	60	95
Idade do Companheiro	79,73	7,48	64	93
Anos com o companheiro	50,93	19,10	3	77
Número Filhos	3,67	1,90	1	9

3.1.3 Instrumentos de avaliação**3.2.1 Questionário Sociodemográfico e Dados Complementares**

Os dados relativos às variáveis moderadoras, sociodemográficas e outras, foram recolhidos através de um questionário por nós construído, sendo avaliadas as variáveis sexo, idade, sexo do cônjuge, idade do cônjuge, escolaridade do próprio e do cônjuge, situação profissional: do próprio e do cônjuge, rendimentos mensais do agregado, agregado familiar, situação conjugal e localidade de residência; tempo de relação, quem se encontra institucionalizado, tempo de institucionalização, tipologia de instituição e tipologia de quarto (ver Anexo III).

3.2.2 Escala de Ajustamento Mútuo

O ajustamento mútuo foi medido através da Escala de Ajustamento Diádico (*Dyadic Adjustment Scale*, DAS; Spanier, 1976). Este instrumento é composto por trinta e dois itens de autorresposta, estruturados em quatro dimensões: *consenso mútuo* (grau de concordância relativamente a assuntos tais como dinheiro, amigos, tarefas domésticas...), *satisfação mútua* (grau de satisfação em relação ao cônjuge), *expressão afetiva* (grau de satisfação no domínio da proximidade e sexualidade) e *coesão mútua* (interesses e atividades comuns e partilhadas pelo casal). Os itens são de resposta fechada, recorrendo a uma escala de Likert de cinco ou seis pontos, existindo apenas dois itens (29 e 30) cuja resposta é dicotómica (sim/não) (ver Anexo

IV). Os resultados da presente escala variam entre 0 e 151 pontos. Quando estamos perante pontuações mais baixas poderemos induzir que existe vulnerabilidade conjugal. Por outro lado, pontuações mais elevadas dizem respeito a relações positivas e favoráveis (Spanier, 1976; Lourenço, 2006).

Originalmente criado por Spanier (1976), foi posteriormente adaptado e validado para Portugal em 2003, por Lourenço e Relvas (Lourenço, 2006). Esta versão excluiu quatro itens à original, e foi denominada Escala de Ajustamento Mútuo (EAM). Apresenta uma boa consistência interna quer para a escala total (α de Cronbach = .93), quer para as suas subescalas (α de Cronbach de .67 a .89).

Relativamente às subescalas efetua-se a seguinte divisão:

- a. *Consenso mútuo*: grau de concorrência que o inquirido revela ter para com o seu parceiro tanto em assuntos relativos a dinheiro, como lazer e tarefas domésticas do quotidiano. Esta subescala considera 13 dos itens da escala;
- b. *Satisfação Mútua*: grau de satisfação que o inquirido revela ter perante o parceiro. Esta componente permite perceber se existiram momentos em que existiu a intenção de terminar a relação e o grau de relevância dessa situação já vivenciada. Para análise desta subescala consideram-se 10 itens, sendo que 6 apresentam carácter invertido;
- c. *Coesão Mútua*: análise das atividades que o inquirido e o seu parceiro partilham, bem como aos interesses comuns que existem no seio do casal. Esta subescala considera 5 itens, dos quais 4 são considerados invertidos;
- d. *Expressão afetiva*: grau de concordância que o inquirido revela ter para com o parceiro no que se refere ao carinho emocional. Além disso, esta subescala permite analisar a satisfação do indivíduo inquirido com os afetos existentes na relação e com a vida sexual.

De acordo com a Tabela 4, a escala utilizada em termos totais apresenta um coeficiente de *Cronbach Alpha* de 0,916, pelo que se considera existir fiabilidade, dado que este surge como um excelente indicador. No que se refere às diferentes dimensões, apenas a *expressão afetiva* apresenta

valores de consistência interna muito fracos. A *satisfação mútua* apresenta um valor de 0,911 relativamente ao indicador em análise, pelo que o nível de consistência é excelente. Os valores para o *consenso mútuo* e a *coesão mútua* surgem como muito bons.

Tabela 4

Dimensões da Escala de Ajustamento Mútuo

Dimensão	Itens	Alpha
Consenso Mútuo	1,2,3,5,7,8,9,10,11,12,13,14,15	0,847
Satisfação Mútua	16(-), 17(-), 18,19,20(-),21(-), 22(-), 23, 31 (-), 32	0,911
Coesão Mútua	24, 25 (-), 26(-), 27 (-), 28 (-)	0,879
Expressão Afetiva	4, 6, 29(-), 30(-)	0,240
Escala Total		0,916

Os resultados da estatística descritiva realizada constam na Tabela 5, verificando-se que o *consenso mútuo* surge como a dimensão que apresenta um valor mais elevado relativamente à média, facto que seria expectável, na medida em que é a dimensão que mais itens integra. Ainda assim, o desvio padrão apresenta-se mais elevado na dimensão relativa à *satisfação mútua*. A *expressão afetiva* surge como a dimensão que possui menor média e menor desvio padrão, sendo que se deve enfatizar o facto de apenas considerar 4 itens da escala de DAS. Por outro lado, esta dimensão apresenta um reduzido nível de consistência, facto mencionado aquando da análise do coeficiente de *Cronbach Alpha*.

Tabela 5

Média e Desvio Padrão das dimensões da Escala de DAS

Dimensão	Média	Desvio Padrão
Consenso Mútuo	36,12	6,85
Satisfação Mútua	24,91	7,25
Coesão Mútua	15,73	4,42
Expressão Afetiva	14,59	2,13

3.2.3 Inventário de *Coping* Diádico

O *coping* diádico é aqui concetualizado, segundo a definição de Bodenmann (2005), como sendo um processo interpessoal que ocorre no âmbito da relação do casal. Remete para a resposta, em situações de *stress* e desafiadoras para um dos membros, do outro elemento, podendo esta ser mais ou menos positiva. As formas positivas remetem para o *coping* diádico apoiante, conjunto ou delegado, enquanto, por oposição, as formas negativas compreendem o *coping* diádico hostil, ambivalente e superficial (Pires, 2011).

O *coping* diádico apoiante remete para situações em que um dos elementos do casal está exposto ao evento *stressante*, sendo apoiado e suportado pelo outro com o objetivo de lidar de forma bem-sucedida com a situação. Este pode configurar-se de forma focada no problema ou nas emoções. O *coping* diádico conjunto implica que ambos os membros do casal sejam afetados, de forma direta, pela situação de *stress*. Neste sentido, ambos se envolvem no processo, de forma simétrica ou complementar. O *coping* diádico delegado emerge em situações em que, estando um elemento do casal a ser afetado por uma dada situação de *stress*, pede ao outro que estabeleçam uma nova divisão de tarefas e que assuma algumas das suas responsabilidades, no sentido de aliviar o seu nível de *stress* e desgaste (Pires, 2011).

O *coping* diádico hostil caracteriza-se por um apoio associado a elementos negativos e até depreciativos como gozo, desinteresse aberto ou desvalorização. O *coping* diádico ambivalente implica uma perceção de que o apoio é desnecessário ou uma falta de intenção em manifestá-lo. O *coping* diádico superficial prende-se com a falta de sinceridade ou hipocrisia subjacente ao apoio expressado (Pires, 2011).

O *coping* diádico e as suas formas foram avaliados através do Inventário de *Coping* Diádico (*Dyadic Coping Inventory*, ICD; Bodenmann, 2007). Este instrumento é composto por trinta e sete itens de autorrelato. Os itens são de resposta fechada, recorrendo a uma escala de *Likert* de cinco pontos (ver Anexo V). Originalmente formulado por Guy Bodenmann (2007) foi posteriormente adaptado e validado para a língua e contexto português em 2013, por Vedes, Nussbeck, Bodenmann, Lind e Ferreira. Esta versão apresenta uma consistência interna quer para a escala total (α de

Cronbach = .92 para as mulheres e .91 para os homens), quer para os seus fatores (α de *Cronbach* de .65 a .97) situando-se entre boa e excelente.

De acordo com a Tabela 6, o *Coping* Diádico delegado pelo parceiro surge como a dimensão que apresenta maior consistência, dado que o coeficiente de *Cronbach Alpha* tem um valor de 0,977, apesar de ser a dimensão que possui menos itens. Além desta dimensão, também a comunicação do *stress* pelo próprio, a comunicação pelo parceiro e o *coping* diádico de apoio ao parceiro apresentam elevada consistência, verificando o mesmo com a avaliação global do *coping* diádico. Em oposição, o enfrentamento delegado pelo próprio apresenta valores muito fracos de consistência, dado que não ultrapassa os 0,285, possuindo apenas 2 itens. Além disso, o enfrentamento negativo pelo próprio possui um coeficiente negativo, facto que se deve ao facto da covariância média entre os itens ser negativa, pelo que se viola as suposições do modelo de confiabilidade, não existindo qualquer grau de consistência a este nível.

Tabela 6

Coping Diádico: Consistência Interna

Dimensão	Número de Itens	Alpha
Comunicação de <i>stress</i> pelo próprio	4	0,942
CD de suporte pelo próprio	5	0,750
CD delegado pelo próprio	2	0,285
CD Negativo pelo próprio	4	-0,772
Comunicação de <i>stress</i> pelo parceiro	4	0,947
CD de suporte pelo parceiro	5	0,959
CD delegado pelo parceiro	2	0,977
CD Negativo pelo parceiro	4	0,860
CD comum	5	0,830
Evolução do CD	2	0,921

Em termos estatísticos, o *coping* diádico de suporte pelo próprio é o que possui maior média, apesar de o desvio não ser dos mais elevados, sendo de referir que esta componente possui cinco itens. Em oposição, a dimensão que apresenta menor média refere-se ao *coping* diádico delegado pelo parceiro, o qual surge como a dimensão de maior consistência, conforme análise anterior. Em termos de desvio padrão, o *coping* diádico delegado pelo próprio é a dimensão com menor desvio padrão, sendo que em

oposição, o *coping* diádico de suporte pelo parceiro é a dimensão mais variável, dado possuir maior desvio padrão (ver Tabela 7).

Tabela 7

Estatística Descritiva do Coping Diádico

Dimensão	Média	Desvio Padrão
Comunicação de <i>stress</i> pelo próprio	14,64	4,400
CD de suporte pelo próprio	20,61	2,480
CD delegado pelo próprio	8,02	0,930
CD Negativo pelo próprio	12,16	1,180
Comunicação de <i>stress</i> pelo parceiro	14,95	4,170
CD de suporte pelo parceiro	17,45	4,920
CD delegado pelo parceiro	6,89	2,250
CD Negativo pelo parceiro	14,27	2,640
CD comum	16,57	4,500
Evolução do CD	7,16	1,780

3.3 Procedimentos estatísticos

Em todas as hipóteses utilizámos o modelo de regressão linear múltipla. Os pressupostos deste modelo, designadamente a linearidade da relação entre as variáveis independentes e a variável dependente (análise gráfica), normalidade dos resíduos (teste de *Kolmogorov-Smirnov*), multicolinearidade (*VIF* e *Tolerance*) e a análise de sensibilidade foram analisados e encontravam-se genericamente satisfeitos.

O tratamento dos dados recolhidos foi realizado com recurso ao programa IBM SPSS Statistics (*Statistical Package for the Social Sciences*), na versão 25, para Windows.

IV - Resultados

Hipótese 1 – As variáveis sociodemográficas, profissionais, relativas ao agregado familiar e o *coping* diádico influenciam significativamente o *consenso mútuo*.

O modelo estimado explica cerca de 97,2% do *consenso mútuo*, revelando ser significativo, tendo em conta o valor de 19,51 do *F* estatístico e o valor de prova deste que surge nulo.

Conforme consta na Tabela 8, entre as variáveis integradas no modelo, considerando um nível de significância de 5%, existe evidência estatística para afirmar que tanto o *Coping* Diádico de suporte próprio, como o *Coping* Diádico comum e a evolução do *Coping* Diádico surgem como variáveis significativas, dado que o valor de prova é inferior ao nível de significância indicado. Caso este nível de significância seja aumentado para 10%, também a variável relativa ao *coping* diádico do companheiro surge como significativa, tendo em conta o valor de prova constante na tabela. As restantes variáveis não se revelam significativas.

Tabela 8

Coefficientes: Consenso Mútuo

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
(Constante)	7,713	0,733		10,527	0,000
Idade	-0,004	0,007	-0,067	-0,638	0,536
IdadeCompanh	0,002	0,006	0,032	0,328	0,749
AnosComCompanh	0,000	0,003	0,009	0,083	0,935
Escolaridade	0,007	0,028	0,022	0,238	0,816
EscolarCompanh	0,006	0,019	0,020	0,315	0,758
SitProf	0,050	0,051	0,082	0,986	0,344
SitProfCompanh	-0,045	0,079	-0,025	-0,571	0,578
Filhos	-0,091	0,190	-0,036	-0,477	0,642
QuantosFilhos	0,008	0,011	0,035	0,732	0,478
FilhosDesteRelaciona	-0,060	0,146	-0,040	-0,411	0,688
RendimentoMensal	-0,003	0,020	-0,005	-0,154	0,880
SexoInquirido	-0,064	0,049	-0,074	-1,296	0,219
ComunicStressProprio	0,004	0,064	0,010	0,056	0,956
CDSuporteProprio	1,195	0,104	1,403	11,499	0,000
CDDelegadoProprio	-1,515	0,292	-1,683	-5,181	0,000
CDNegativoProprio	1,150	0,439	0,537	2,618	0,022
ComunicStressParceiro	0,646	0,184	1,674	3,515	0,004
CDSuporteParceiro	0,732	0,184	1,808	3,986	0,002
CDNegativoParceiro	-0,322	0,127	-0,538	-2,545	0,026
CDComum	0,534	0,068	1,082	7,838	0,000
EvolucaoCD	-3,428	0,432	-7,370	-7,942	0,000

Hipótese 2 – As variáveis sociodemográficas, profissionais, relativas ao agregado familiar e o *coping* diádico influenciam significativamente a *satisfação mútua*.

Neste caso, o modelo apresenta maior poder explicativo que no caso anterior, sendo possível afirmar que o modelo explica 99,3% da variação total da *satisfação mútua*. Além disso, existe significância no modelo dado o valor de 86,27 do *F* estatístico, bem como o valor de prova nulo que surge associado ao mesmo.

Nenhuma das variáveis pessoais, profissionais e relativas ao agregado familiar surgem como significativa para explicar a *satisfação mútua*. Contudo, todas as variáveis referentes ao *coping* diádico surgem como significativas para um nível de significância de 5%. Caso este nível de significância seja reduzido para 1%, com vista a aumentar o nível de confiança para 99%, apenas a variável relativa ao *coping* diádico de suporte do parceiro perde a sua significância estatística, sendo que as restantes variáveis mantêm a sua significância (ver Tabela 9).

Tabela 9

Coefficientes: Satisfação Mútua

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	<i>t</i>	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
(Constante)	8,715	1,163		7,493	0,000
Idade	-0,002	0,011	-0,025	-0,227	0,824
IdadeCompanh	-0,002	0,010	-0,016	-0,161	0,875
AnosComCompanh	0,004	0,005	0,094	0,803	0,438
Escolaridade	0,007	0,044	0,016	0,163	0,873
EscolarCompanh	-0,003	0,030	-0,007	-0,110	0,914
SitProf	-0,004	0,080	-0,004	-0,048	0,962
SitProfCompanh	-0,059	0,125	-0,021	-0,473	0,645
Filhos	0,162	0,301	0,042	0,539	0,600
QuantosFilhos	0,015	0,018	0,043	0,859	0,407
FilhosDesteRelaciona	-0,179	0,232	-0,077	-0,770	0,456
RendimentoMensal	0,004	0,032	0,004	0,123	0,904
SexoInquirido	-0,017	0,078	-0,013	-0,218	0,831
ComunicStressProprio	0,098	0,102	0,171	0,964	0,354
CDSuporteProprio	1,843	0,165	1,413	11,174	0,000
CDDelegadoProprio	-2,817	0,464	-2,042	-6,069	0,000
CDNegativoProprio	3,221	0,697	0,982	4,620	0,001
ComunicStressParceiro	1,466	0,292	2,479	5,026	0,000

CDSuporteParceiro	0,799	0,292	1,286	2,738	0,018
CDNegativoParceiro	-0,655	0,201	-0,713	-3,259	0,007
CDComum	0,822	0,108	1,086	7,593	0,000
EvolucaoCD	-5,823	0,685	-8,167	-8,497	0,000

Hipótese 3 – As variáveis sociodemográficas, profissionais, relativas ao agregado familiar e o *coping* diádico influenciam significativamente a *coesão mútua*.

O modelo estimado consegue explicar 99,7% da variação total da *coesão mútua*, facto que se considera muito benéfico. Deve-se, ainda, salientar que o modelo surge como significativo, dado que o *F* estatístico tem um valor de 171,26, tendo associado um valor de prova nulo, tal como nos modelos anteriormente estimados.

À semelhança do verificado no modelo anterior, nenhuma das variáveis pessoais, profissionais e do agregado familiar surgem como significativas. Por outro lado, para um nível de significância de 5%, existe evidência estatística para afirmar que todas as variáveis relativas ao *coping* diádico se apresentam como significativas na explicação da variação da *coesão mútua*. Caso o nível de significância seja reduzido para 1%, o *coping* diádico comum e o *coping* diádico de suporte próprio perdem a sua significância, sendo que as restantes continuam a verificar tal facto (ver Tabela 10).

Tabela 10

Coefficientes: Coesão Mútua

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	<i>t</i>	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
(Constante)	3,417	1,137		3,005	0,011
Idade	-0,001	0,011	-0,004	-0,057	0,955
IdadeCompanh	-0,003	0,009	-0,021	-0,287	0,779
AnosComCompanh	0,004	0,004	0,074	0,890	0,391
Escolaridade	0,005	0,043	0,007	0,111	0,913
EscolarCompanh	-0,007	0,029	-0,011	-0,225	0,826
SitProf	-0,029	0,079	-0,022	-0,367	0,720
SitProfCompanh	-0,044	0,122	-0,011	-0,359	0,726
Filhos	0,210	0,295	0,039	0,713	0,489
QuantosFilhos	0,013	0,017	0,026	0,748	0,469
FilhosDesteRelaciona	-0,170	0,227	-0,053	-0,748	0,469

RendimentoMensal	0,006	0,031	0,005	0,189	0,853
SexoInquirido	0,012	0,077	0,007	0,161	0,875
ComunicStressProprio	-0,123	0,100	-0,155	-1,233	0,241
CDSuporteProprio	0,412	0,161	0,229	2,552	0,025
CDDelegadoProprio	-3,089	0,454	-1,624	-6,808	0,000
CDNegativoProprio	4,835	0,682	1,068	7,094	0,000
ComunicStressParceiro	1,269	0,285	1,556	4,450	0,001
CDSuporteParceiro	2,033	0,285	2,374	7,130	0,000
CDNegativoParceiro	0,908	0,197	0,717	4,619	0,001
CDComum	0,284	0,106	0,272	2,681	0,020
EvolucaoCD	-5,444	0,670	-5,536	-8,125	Coe

Hipótese 4 – As variáveis sociodemográficas, profissionais, relativas ao agregado familiar e o *coping* diádico influenciam significativamente a expressão afetiva.

Em conformidade com os modelos anteriormente estimados, este modelo surge como significativo, dado que o valor F é de 14,055. Além disso, o modelo permite explicar 96,1% da variação total da *expressão afetiva*.

Para um nível de significância de 5%, existe evidência estatística para afirmar que o *coping* diádico de suporte próprio, de suporte do parceiro e o *coping* diádico negativo do parceiro são variáveis significativas. Contudo, caso o nível de significância seja reduzido para 1%, apenas a variável relativa ao *coping* diádico negativo do parceiro se apresenta como significativa para explicar a variação total da *expressão afetiva*, conforme consta na Tabela 11.

Tabela 11

Coefficientes: Expressão afetiva

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
(Constante)	5,257	2,138		2,459	0,030
Idade	0,003	0,020	0,038	0,145	0,887
IdadeCompanh	0,004	0,018	0,055	0,225	0,826
AnosComCompanh	-0,007	0,008	-0,243	-0,853	0,410
Escolaridade	-0,011	0,081	-0,032	-0,139	0,892
EscolarCompanh	0,009	0,055	0,027	0,168	0,869
SitProf	0,031	0,148	0,043	0,207	0,840

SitProfCompanh	0,096	0,229	0,046	0,420	0,682
Filhos	-0,349	0,554	-0,119	-0,630	0,540
QuantosFilhos	-0,026	0,032	-0,099	-0,811	0,433
FilhosDesteRelaciona	0,327	0,426	0,187	0,766	0,458
RendimentoMensal	-0,009	0,058	-0,013	-0,157	0,878
SexoInquirido	0,005	0,144	0,005	0,032	0,975
ComunicStressProprio	0,057	0,187	0,131	0,304	0,767
CDSuporteProprio	0,873	0,303	0,887	2,878	0,014
CDDelegadoProprio	1,255	0,853	1,207	1,472	0,167
CDNegativoProprio	-1,111	1,281	-0,449	-0,867	0,403
ComunicStressParceiro	0,039	0,536	0,088	0,073	0,943
CDSuporteParceiro	-1,408	0,536	-3,007	-2,626	0,022
CDNegativoParceiro	-1,148	0,369	-1,658	-3,108	0,009
CDComum	-0,165	0,199	-0,289	-0,829	0,424
EvolucaoCD	0,497	1,259	0,925	0,395	0,700

Hipótese 5 – As variáveis sociodemográficas, profissionais, relativas ao agregado familiar e o *coping* diádico influenciam significativamente o ajustamento mútuo.

O modelo estimado apresenta um poder explicativo de 99,4%, sendo de referir o facto de o modelo ser significativo estatisticamente dado o valor de prova nulo associado a um F de 92,60.

De acordo com a Tabela 12, todas as variáveis relativas ao *coping* diádico surgem como variáveis significativas para a explicação da variação do *ajustamento mútuo*, considerando um nível de significância de 5%. No caso de esta significância ser reduzida para 1%, as variáveis relativas ao *coping* diádico negativo do próprio e do parceiro perdem a sua significância. Por outro lado, as variáveis pessoais, profissionais e do agregado familiar não se revelam significativas na explicação da variação do *ajustamento total*.

Tabela 12

Coefficientes: Ajustamento Global

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
(Constante)	7,713	0,733		10,527	0,000
Idade	-0,004	0,007	-0,067	-0,638	0,536
IdadeCompanh	0,002	0,006	0,032	0,328	0,749
AnosComCompanh	0,000	0,003	0,009	0,083	0,935
Escolaridade	0,007	0,028	0,022	0,238	0,816

EscolarCompanh	0,006	0,019	0,020	0,315	0,758
SitProf	0,050	0,051	0,082	0,986	0,344
SitProfCompanh	-0,045	0,079	-0,025	-0,571	0,578
Filhos	-0,091	0,190	-0,036	-0,477	0,642
QuantosFilhos	0,008	0,011	0,035	0,732	0,478
FilhosDesteRelaciona	-0,060	0,146	-0,040	-0,411	0,688
RendimentoMensal	-0,003	0,020	-0,005	-0,154	0,880
SexoInquirido	-0,064	0,049	-0,074	-1,296	0,219
ComunicStressProprio	0,004	0,064	0,010	0,056	0,956
CDSuporteProprio	1,195	0,104	1,403	11,499	0,000
CDDelegadoProprio	-1,515	0,292	-1,683	-5,181	0,000
CDNegativoProprio	1,150	0,439	0,537	2,618	0,022
ComunicStressParceiro	0,646	0,184	1,674	3,515	0,004
CDSuporteParceiro	0,732	0,184	1,808	3,986	0,002
CDNegativoParceiro	-0,322	0,127	-0,538	-2,545	0,026
CDComum	0,534	0,068	1,082	7,838	0,000
EvolucaoCD	-3,428	0,432	-7,370	-7,942	0,000

V - Discussão

De acordo com diversos estudos teóricos, e como Pacheco (2008) corrobora, a experiência da conjugalidade surge como um instrumento importante para o *coping*, nomeadamente quando o casal tem que lidar com situações de *stress*. Estas situações de *stress* ocorrem, na maioria das vezes, no quotidiano, dadas as preocupações que surgem no dia-a-dia e que podem afetar o bem-estar do casal. Quando um indivíduo é institucionalizado os esforços são inúmeros no que concerne à necessidade de ajustamento a uma série de novas condições. Contudo, quando um casal ou um dos seus membros é institucionalizado, a díade sente que a sua estrutura enquanto casal sofreu alterações, o que por si só é causador de *stress* e ansiedade. Assim, deparam-se com a exigência de alterarem os seus padrões de relacionamento de modo a obterem uma máxima satisfação enquanto sistema conjugal.

Deste modo, com a presente investigação pretendemos analisar a forma como diversas variáveis de carácter pessoal e profissional e o *coping* diádico afetam o ajustamento mútuo global do casal e, ainda, as diferentes dimensões do ajustamento (consenso mútuo, satisfação mútua, coesão mútua e expressão afetiva entre o casal).

Na amostra em estudo, que integra indivíduos com idade avançada e

em que pelo menos um dos membros do casal se encontra institucionalizado, o *coping* diádico explica de forma significativa o ajustamento mútuo do casal, pelo que contribui para um aumento da qualidade de relação. Esta situação surge em conformidade com o estudo levado a cabo por Bondenmann (2005). Os resultados corroboram, ainda, resultados da investigação de Otley e Jenkins (2002), ao indicarem que as relações íntimas e conjugais são constituídas pela interdependência e as estratégias de *coping* são permeadas pela intersubjetividade e também pela dinâmica interpessoal, o que vai possibilitar uma maior fluidez nas respostas emocionais. Assim, pode-se verificar a existência de cooperação entre o casal, permitindo o alívio das tensões, o suporte em situações *stressantes* e o restabelecimento do equilíbrio físico e emocional.

Ao longo da nossa pesquisa, verificámos que o momento da institucionalização exige ao casal uma reformulação dos seus padrões de relacionamento e que as negociações e cedências mútuas são fundamentais para o processo de ajustamento. No decorrer da recolha de dados, verificámos muitas vezes que apesar de a decisão da institucionalização ser difícil, havia um esforço desmedido, principalmente por parte do elemento não institucionalizado, para que fossem cumpridos alguns dos desejos e hábitos do outro elemento, criando assim um maior conforto emocional e uma maior ligação entre a díade.

A investigação indica que o *coping* diádico auxilia na gestão do sofrimento dos indivíduos em situações de *stress*, promovendo a solidariedade entre o casal, dado que os indivíduos que apresentam mais competências a este nível apresentam uma relação de maior interação com o companheiro. Neste sentido, verificou-se que, apesar da existência de algum sofrimento (por parte do membro do casal que apresentava melhores capacidades e/ou pelo membro não institucionalizado), havia entre os casais em estudo uma enorme cumplicidade, carinho e afeto, o que segundo os mesmos, auxilia a ultrapassar as dificuldades que vão surgindo, dia após dia, muitas vezes não apenas com a institucionalização mas com a perda de capacidades (físicas e/ou cognitivas).

Assim, o ideal será que o *coping* diádico evolua de forma positiva para que possa haver uma gestão eficaz de possíveis conflitos entre o casal. Os conflitos mencionados surgem, muitas vezes, devido à ausência de

comunicação, a qual se pretende que seja objetiva e clara, tal como menciona Figueiredo (2005). A dificuldade em comunicar é um fator que influencia o ajustamento mútuo do casal, de forma negativa, dado que medeia a satisfação do casal. Deste modo, perante um momento de *stress* como a institucionalização, uma comunicação eficaz é de extrema importância. Figueiredo (2005) chama a atenção para o facto de que, em momentos delicados como este, a mensagem nem sempre é compreendida de uma forma global e correta, facto relacionado com as alterações fisiológicas normais desta faixa etária, como a dificuldade auditiva e bem como em se expressar com clareza. Advém, ainda as falhas inerentes a situações *stressantes* tais como mensagens ambíguas e de difícil compreensão (Narciso, 2001). Torna-se deste modo essencial que o casal desenvolva estratégias de comunicação eficaz e capazes de se adaptar à nova situação: a institucionalização. Salienta-se a importância de os técnicos que acolhem e lidam com esta população sejam dotados de competências, de modo a auxiliarem e orientarem estes casais a desenvolverem estratégias eficazes e adaptadas às características de cada díade.

Como referem Bolze e colaboradores (2013), uma relação conjugal, mesmo que seja caracterizada por apoio mútuo, não corresponde obrigatoriamente a uma relação sem *stress* e sem conflitos, sendo que estas situações são características da vida, nomeadamente do relacionamento humano. O desafio que se impõe é que os cônjugues consigam manter a sua colaboração e suporte mútuo nas situações de *stress* e conflito conjugal (Mussumeci & Ponciano, 2018). A vivência numa comunidade mais alargada do que aquela que seria exclusiva da díade (passam de uma vida a dois, para um dia a dia com novas pessoas) pode ser causadora de maior conflito, o que exige uma maior cooperação e colaboração ao casal, para que os parceiros consigam manter a sua intimidade e um relacionamento satisfatório e coeso.

O *coping* diádico negativo influencia todas as dimensões consideradas à exceção do consenso mútuo. Por outro lado, o poder relativo à tomada de decisão surge como um aspeto que conduz a divergências de opiniões e à existência de conflitos no seio do casal. Não basta definir quem deve tomar determinada decisão, mas deve existir concordância para que as decisões sejam tomadas em comum. Esta tomada de decisão conjunta

elimina problemas e aproxima o casal, nomeadamente em situações consideradas de *stress*. Quando se está perante a iminência de haver alteração do meio do casal, nomeadamente através da institucionalização, são diversas as decisões que tem que ser tomadas. O ideal será que sejam feitas em conjunto (nos casos em que é permitido), através de uma comunicação eficaz e com um fim último que será o bem-estar do casal. As decisões passam pela aceitação da institucionalização, de ser um membro ou o casal, de ser temporária, do tipo de alojamento, tipo de quarto, entre outras. Para que o ajustamento mútuo seja positivo, o casal deve chegar a uma decisão em conjunto, o que permite uma maior união e proximidade entre estes. Assim, conforme defendem Monego e Teodoro (2011), os conflitos surgem como fenómenos complexos, pelo que deve existir a tentativa de eliminação dos mesmos.

As variáveis pessoais, profissionais e referentes ao agregado familiar não influenciam o ajustamento mútuo do casal, tendo em conta os dados em estudo. Na grande maioria das vezes, a institucionalização ocorre pelo facto de os familiares não terem capacidade em cuidador do indivíduo que necessita de maior apoio. Surge como uma solução a problemas complexos do foro físico ou mental. Contudo, por vezes é reflexo da necessidade de companhia e de cuidados, que em casa o indivíduo ou o casal já não poderia receber. Deste modo, na amostra em estudo, o ajustamento mútuo advém de outras características, tais como as que o casal encontra para ultrapassar as situações adversas com que se depara, e não tanto como variáveis pessoais.

Estes resultados não acompanham alguns existentes na literatura. Por exemplo, o estudo realizado por Mussumeci e Ponciano (2018), apontou para a existência de diferentes habilidades de *coping* de acordo com o género, especialmente no que concerne aos conflitos conjugais. Como referem Carr e colaboradores (2014), as mulheres apresentam uma maior tendência para conversar e para partilhar aspetos emocionais da sua vida individual e conjugal nos eventos de *stress*, enquanto os homens apresentam uma postura mais passiva ou silenciosa relativamente aos seus problemas e conflitos conjugais.

Mussemeci e Ponciano (2018) verificaram que, na maior parte das vezes, a intenção feminina é que se estabeleça um *coping* diádico positivo de suporte ao marido, mas este deseja estar sozinho, e muitas vezes, devido à

insistência da esposa, este responde com *coping* diádico negativo e hostil.

Limitações do estudo

Apesar de termos atingido os objetivos propostos, durante a realização do presente trabalho, foram sentidas algumas dificuldades e limitações.

A primeira grande limitação sentida foi a escassa literatura existente no âmbito do *coping* diádico, das suas estratégias e das vivências e experiências significativas em casais institucionalizados, visto ser uma área de estudo relativamente recente.

Outra das limitações encontradas foi na recolha da amostra, nomeadamente encontrar casais que estivessem dispostos a responder ao protocolo de investigação.

Pontuamos também a dificuldade que muitos dos inquiridos tiveram em responder aos instrumentos de avaliação, facto que consideramos estar relacionado com a pouca familiaridade a este tipo de situações, para além da baixa escolaridade que alguns dos inquiridos apresentam. Assim, a recolha de informação foi morosa e teve que, na maioria dos casos, ser feita presencialmente com os inquiridos. Consideramos que seria importante a utilização de uma outra forma de recolha de dados, como por exemplo a observação direta, ou seja, observação dos casais no seu dia-a-dia, enquanto institucionalizados. Segundo alguns autores, tais como Bradbury e colaboradores (2000), este método de recolha é bastante eficaz quando se trata do estudo da conjugalidade.

Num futuro, e dado que os dados da investigação são escassos no que concerne a esta temática, seria de extrema relevância alargar os dados da presente investigação e compreender de forma mais eficaz as dificuldades pelas quais os casais institucionalizados passam. Assim, poderíamos auxiliar casais institucionalizados a alcançarem uma maior satisfação conjugal, através da aquisição de estratégias de *coping* eficazes. Não nos devemos esquecer que a última etapa do ciclo vital é redirecionada para o Nós, ao passo que se exige a estes casais uma nova reestruturação, inseridos num contexto novo e com regras muitas vezes díspares daquelas que estavam habituados a viver. Consideramos, ainda, como forma de enriquecer a

investigação, a realização de um estudo estatístico, com uma amostra representativa, comparando as duas sub amostras: apenas um dos cônjuges está institucionalizado/ ambos os cônjuges estão institucionalizados.

Propomos uma séria reflexão, depois de novas pesquisas e diretrizes, sobre a formação de técnicos que lidam com esta população, para que haja uma maior eficácia de serviços, mais especializados e personalizados... nomeadamente no que à conjugalidade diz respeito.

VI - Conclusões

A entrada numa instituição é sinónimo de entrada numa nova comunidade, repleta de novas regras e normas, o que exige uma adaptação a um mundo novo e novas pessoas. Por si só, representa uma situação de elevado *stress* para o indivíduo. Quando esta envolve o casal, seja apenas para um dos membros ou para a própria díade, há o acréscimo de saber lidar com estas situações *stressantes* e manter a satisfação conjugal. Há, assim, uma exigência da díade se reorganizar e realizar diversas readaptações diárias, o que poderá trazer efeitos ao nível da sua qualidade de vida, enquanto casal. Deste modo, de forma a lidarem de forma eficaz com as exigências que a institucionalização acarreta, é fundamental os casais desenvolverem estratégias de *coping* na díade.

O *coping* diádico surge relevante na medida em que auxilia na gestão das preocupações e dos conflitos existentes na relação, reduz o sofrimento em situações de *stress*, enfatizando questões como o companheirismo, a interação entre os membros do casal e a tomada de decisão conjunta. Revela ser, assim, uma ferramenta útil para vencer situações de *stress* e permite ao casal restabelecer-se, alcançando o seu bem-estar, o que auxilia para um ajustamento mútuo entre os cônjuges, não escurando o consenso mútuo, que surge no nosso estudo como uma das variáveis com mais expressão.

A institucionalização é interpretada por cada indivíduo de uma forma única e individual. No que diz respeito à conjugalidade, essa situação mantém-se e cada casal experiencia esta nova etapa de formas distintas, de acordo com uma série de circunstâncias que os rodeia. É uma vivência complexa e desafiadora e que pode afetar a própria estrutura do casal, muitas das vezes pela imprevisibilidade que acarreta.

Neste sentido, emerge a necessidade de modificar mentalidades e de as instituições estarem preparadas para que seja respeitado o padrão de comportamentos e interação do casal, de forma a que lhe possamos permitir uma máxima satisfação no relacionamento. Isto implica que seja feita uma revisão de informação, de modo a que se readapte às construções sociais e relacionais, previamente definidas e se integrem na nova realidade, do casal institucionalizado.

Com o casal institucionalizado seria pertinente o reforço e o desenvolvimento de estratégias de *coping* diádico, bem como um levantamento efetivo das maiores dificuldades sentidas durante este processo, para que a intervenção fosse mais eficaz, trabalhando-se para a prevenção de situações ainda mais *stressantes* para um sistema humano sempre único e tão complexo.

Bibliografia

- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares. Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Bodenmann, G. (1995). A systemic-transactional conceptualization of stress and coping in couples. *Swiss Journal of Psychology*, 54(1), 34-49.
- Bodenmann, G. (2005). Dyadic coping and its significance for marital functioning. In T. Revenson, K. Kayser, & G. Bodenmann (Eds.), *Couples coping with stress: Emerging perspectives on dyadic coping* (33-50). Washington, DC: American Psychological Association.
- Bodenmann, G. (2007). *Dyadic Coping Inventory (DCI)*. Bern, Göttingen: Huber & Hogrefe Tests.
- Bodenmann G.(2007). Stress, sex, and satisfaction in marriage. *Personal Relationships*, 14, 551-569.
- Bolze, S., Schmidt, B., Crepaldi, M., & Vieira, M. (2013). Relacionamento conjugal e táticas de resolução de conflito entre casais. *Actualidades em Psicologia*, 27(114), 71-85.
- Bradbury, T. N., Fincham, F. D., & Beach, S. R. H. (2000). Research on the nature and determinants of marital satisfaction: A decade in review. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 964-980.
- Brook, H. (2016). *Conjugalidade: Marriage and marriage-like relationships before the law*. Berlim: Springer.
- Carr, D., Freedman, V. A., Cornman, J. C., & Schwarz, N. (2014). Happy marriage, happy life? marital quality and subjective well-being in later life. *Journal of Marriage and Family*, 7(6), 930-948.
- Cheng, C., Lau, H. P. B., & Chan, M. P. S. (2014). Coping flexibility and psychological adjustment to stressful life changes: A meta-analytic review. *Psychological bulletin*, 140(6), 1582. American Psychological Association.
- Cossmann, B., & Ryder, B. (2001). What is marriage-like like--the irrelevance of conjugalidade. *Canadian Journal of Family Law*, 18, 269-326.
- Davies, S. (2005). Meleis's theory of nursing transitions and relatives' experiences of nursing home entry. *Journal of advanced nursing*, 52(6),

658-671.

- DeFranck-Lynch, B. (1986). *Thérapie Familiale Structurale. Manuel de principes et des elements de base*. Paris: ESF.
- Figueiredo, P. (2005). A Influência do Locus de Controle Conjugal, das Habilidades Sociais Conjugais e da Comunicação Conjugal na Satisfação com o Casamento. *Ciências e Cognição*, 6, 123-132.
- Gameiro, J. (1999). *Crónicas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Glassier, W. C. (2016). *'Torn apart': Involuntary separation and the search for connection*. Manuscrito não publicado, Trinity Western University, British Columbia.
- Hernandez, J. A. E. (2008). Avaliação estrutural da escala de ajustamento diádico. *Psicologia em Estudo*, 13(3), 593-601.
- Hill, M., & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Johns, L. (2010). *Recognising non-conjugal relationships in New Zealand: Should we extend the rights and responsibilities of marriage and marriage-like relationships to other caring relationships?* Manuscrito não publicado, Victoria Law School, Wellington.
- Kaplan, L. (2001). A couplehood typology for spouses of institutionalized persons with Alzheimer's disease: Perceptions of "we"–"I". *Family Relations*, 50(1), 87-98.
- Karney, B. R., & Bradbury, T. N. (1995). The longitudinal course of marital quality and stability: A review of theory, methods, and research. *Psychological bulletin*, 118(1), 3-34.
- LaRossa, R., & Reitzes, D. C. (1993). Symbolic interactionism and family studies. In P. G. Doherty, W. J. LaRossa, R. Schumm., & S. K. Steinmetz (Eds.), *Sourcebook of family theories and methods* (135-163). New York: Plenum Press.
- Levin, I. & Trost, J. (1999). Living apart together, *Community, Work & Family*, 2(3), 279-294.
- Lourenço, M.M.C. (2006). *Casal: Conjugalidade e Ciclo Evolutivo* (Dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

- Maroco, J. (2007) *Análise estatística: com o SPSS statistics*. (3ed.). Lisboa: Sílabo.
- Mônego, B. G., & Teodoro, M. L. M. (2011). A teoria triangular do amor de Sternberg e o modelo dos cinco grandes fatores, *Psico-USF*, 16,97-105.
- Mota, R. (2012). *Perceções da conjugalidade: Existem efeitos em função do número de filhos?* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Mussumeci, A. & Ponciano, E. (2018). Coping e coping diádico: uma análise qualitativa das estratégias de coping de casais. *Psicologia Clínica*, 30 (1), 165-190.
- Narciso, I. (2001). *Conjugalidades Satisfeitas, mas não Perfeitas: À Procura do Padrão que Liga* (Dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009). *Olhares sobre a Conjugalidade*. Lisboa: Coisas de Ler.
- Oatley, K., & Jenkins, J. M. (2002). *Compreender as emoções*. Porto Alegre: Instituto Jean Piaget.
- Pacheco, A.M. (2008). *Olhando a satisfação: um estudo exploratório em casais Portugueses*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Perel, E. (2008). *Amor e desejo na relação conjugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Pimentel, L. (2005). *O lugar do idoso na família*. Coimbra: Quarteto Editores.
- Pires, A. (2011). *Coping diádico e satisfação conjugal: Um estudo em casais portugueses* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Relvas, A. (1996). *O ciclo vital da família. Perspetiva sistémica*. Porto. Edições Afrontamento.
- Rocha, M. (2012). *Famílias clássicas do concelho de Lisboa com parentes institucionalizados: Das causas da institucionalização aos requisitos para o cuidado no domicílio* (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto de Ciências da Saúde, Lisboa.

- Snyder, C. R. (1999). *Coping: The psychology of what works*. Oxford: Clarendon Press.
- Spanier, G. B. (1976). Measuring dyadic adjustment: New scales for assessing the quality of marriage and similar dyads. *Journal of Marriage and the Family*, 38, 15-28. <http://dx.doi.org/10.2307/350547>
- Spanier, G. B. (1988). Assessing the strengths of the dyadic adjustment scale. *Journal of Family Psychology*, 2(1), 92-94.
- Tai, T. O., Baxter, J., & Hewitt, B. (2014). Do co-residence and intentions make a difference? Relationship satisfaction in married, cohabiting, and living apart together couples in four countries. *Demographic Research*, 31, 71-104.
- Vedes, A. M., Lind, W. R., & Ferreira, A. S. (2011). Portuguese adaptation and validation of the Dyadic Coping Inventory. Manuscrito em preparação.
- Vedes, A., Nussbeck, F. W., Bodenmann, G., Lind, W., & Ferreira, A. (2013). Psychometric properties and validity of the Dyadic Coping Inventory in Portuguese. *Swiss Journal of Psychology*, 72(3), 2013, 149–157. doi: 10.1024/1421-0185/a000108

Anexos

Anexo I – Carta de apresentação

Carta de apresentação

Patrícia Andreia Gonçalves Ferreira é aluna da Universidade de Coimbra, do Mestrado Integrado em Psicologia, subárea de especialização Psicologia Clínica e da Saúde, sub especialização *Psicoterapia Sistémica e Familiar*. Encontra-se neste momento a desenvolver uma investigação com vista à realização da sua dissertação de mestrado, com o tema provisório “*O impacto da institucionalização na conjugalidade*” Este trabalho é orientado pela Professora Doutora Maria Madalena de Carvalho.

Para possibilitar a realização da investigação empírica, vimos solicitar a Vossa Exa. que se digne autorizar a recolha de dados na vossa instituição. De acordo com os princípios éticos do Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) e da *American Psychological Association* (APA), todos os dados recolhidos serão tratados de forma anónima e confidencial.

Gratas pela atenção,
e ao dispor para qualquer outra informação,

Patrícia Ferreira
Maria Madalena de Carvalho

Anexo II – Consentimento Informado

Declaração de consentimento informado

Uma equipa da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra encontra-se a desenvolver um estudo para o qual a sua participação é de extrema importância.

Este estudo insere-se num projeto de investigação que pretende perceber “*O impacto da institucionalização na conjugalidade*”. No essencial, envolve o preenchimento de três instrumentos de avaliação: um Questionário de Dados Sociodemográficos e Complementares, o Inventário de *Coping* Diádico (ICD), e a Escala de Ajustamento Mútuo (EAM, no original, *Dyadic Adjustment Scale*, DAS).

Deste modo, pode participar neste estudo qualquer pessoa que, atualmente, se encontre numa situação conjugal de casamento ou união de facto e que esteja numa instituição (institucionalizado) independentemente da sua índole. Pode participar caso esteja apenas um dos cônjuges institucionalizados ou ambos.

A sua participação é **absolutamente voluntária**, podendo inclusivamente, se assim o entender, desistir a qualquer momento.

Caso concorde em participar é importante que responda de uma forma sincera e espontânea, **não deixando nenhuma questão por responder**. Note que não existem respostas certas ou erradas, o importante é que as suas respostas expressem o que pensa, sente ou faz em cada caso.

Todas as dúvidas e/ou questões que possa ter em relação à sua participação neste projeto podem e devem ser colocadas diretamente à equipa de investigação responsável, através do contacto: tesemestrado201819@gmail.com

O anonimato dos participantes e a confidencialidade dos dados recolhidos estão totalmente garantidos. As suas respostas serão alvo de tratamento coletivo, exclusivamente no âmbito da investigação para a qual se destinam.

Atenciosamente,

Os investigadores

Patrícia Andreia Gonçalves Ferreira

Professora Doutora Maria Madalena de Carvalho

Declaro ter sido informado(a) da natureza e dos procedimentos da presente investigação, bem como das garantias de anonimato e confidencialidade. Assim, aceito responder ao protocolo que me foi apresentado.

(Rubrica)

_____ de _____ de 2019

Anexo III – Questionário Sócio demográfico

Anexo IV – DAS

Anexo V – ICD